

**FERNANDA
BÉRGAMO**

Português & Redação



Aula: Como aproveitar os textos de apoio

Arquivo: Aula 18 2023

Preencha agora!



Como Aproveitar os Textos de Apoio



Como aproveitar os textos de apoio



**O que fazer para ter o
melhor aproveitamento na
leitura de textos de apoio?**



Passos:



Antes de ler o texto:

- 1- Se o texto tiver título, leia-o.**
- 2- Quem é o autor?**
- 3- Qual é o veículo?**
- 4- De quando é o texto?**



Ao ler o texto, procure e destaque:

1- Causas;

2- Consequências;

3- Prós;

4- Contras;

5- Passado;

6- Presente;

7- Soluções;

8- Informações (DOCs parafraseados e contextualizados).



**Vamos ver como fazer isso, com o tema do
Enem 2016 - 2ª aplicação:**

Caminhos para combater o racismo no Brasil



Texto I

Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço. [...] As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais.

(RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. Fragmento).



Texto II

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes de resultantes de preconceito de raça ou de cor

Art 1º – Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminalização ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

(Disponível em: www.planalto.gov.br - Acesso em: 25 maio 2016. Fragmento).

Texto III

Racismo ou Injúria Racial?

Racismo é a conduta discriminatória dirigida a determinados grupos.

Injúria racial é ofender a honra de alguém com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem.



Texto IV

O que são ações afirmativas

Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos.

Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate à herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra.

(Disponível em: www.seppir.gov.br - Acesso em: 25 maio 2016. Fragmento).



O passo a passo da construção do texto



Primeiro passo: leia atentamente o TEMA.



A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Após mais de 30 anos, quais os maiores desafios do ECA?”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



Segundo passo: o que você sabe sobre o tema?

**Uma boa ideia é tentar preencher,
sem ler os textos de apoio,
o pré-rascunho.**



Tema: Após mais de 30 anos, quais os maiores desafios do ECA?

Problema: O ECA ainda tem grandes desafios

DOC:

Tese 1:

DOC 1:

Solução 1:

Tese 2:

DOC 2:

Solução 2:




Como entender o tema

- 1- Ele é um problema?**
- 2- Ele é uma pergunta?**
- 3- O que você sabe sobre o tema?**



O Enem teve um milhão e meio de inscritos a menos de 2020 para 2021.



Tema: Após mais de 30 anos, quais os maiores desafios do ECA?

Problema: O ECA ainda tem grandes desafios

DOC:

Tese 1: Educação desigual

DOC 1: O Enem teve um milhão e meio de inscritos a menos.

Solução 1:

Tese 2:

DOC 2:

Solução 2:



Terceiro passo: leia atentamente os textos de apoio.

Busque:

**Causas, consequências, lado positivo, lado negativo,
passado, presente, soluções, DOCs...**



Texto 1

10 princípios dos Direitos da Criança

Revisão por [Tié Lenzi](#)

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas

Todas crianças devem ser amparadas por direitos fundamentais destinados a garantir sua proteção e pleno desenvolvimento como indivíduos.

Para isso, a criança deve ser considerada como prioridade e deve ter acesso a direitos como: saúde, alimentação, educação, dignidade, segurança, bem-estar e convívio familiar e social.

Os princípios que são a base dos direitos das crianças foram definidos na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovada pelas Nações Unidas no ano de 1959.

Reforçam a ideia de que as medidas de proteção devem priorizar os interesses e necessidades das crianças. Conheça um pouco mais sobre cada um deles:



Texto 1

10 princípios dos Direitos da Criança

Revisão por [Tié Lenzi](#)


Mestre em Ciências Jurídico-Políticas

Todas crianças devem ser amparadas por direitos fundamentais destinados a garantir sua proteção e pleno desenvolvimento como indivíduos.

Para isso, a criança deve ser considerada como prioridade e deve ter acesso a direitos como: saúde, alimentação, educação, dignidade, segurança, bem-estar e convívio familiar e social.

Os princípios que são a base dos direitos das crianças foram definidos na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovada pelas Nações Unidas no ano de 1959.

Reforçam a ideia de que as medidas de proteção devem priorizar os interesses e necessidades das crianças. Conheça um pouco mais sobre cada um deles:



Tema: Após mais de 30 anos, quais os maiores desafios do ECA?

Problema: O ECA ainda tem grandes desafios

DOC: Declaração Universal de Direitos das Crianças -
Nações Unidas (há mais de 60 anos)

Tese 1: Educação desigual

DOC 1: O Enem teve um milhão e meio de inscritos a menos.

Solução 1:

Tese 2:

DOC 2:

Solução 2:



1. Todas as crianças devem ter seus direitos garantidos.

Este primeiro princípio assegura que todas crianças devem receber assistência e garantia dos direitos determinados pelas Nações Unidas, com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Determina que isso deve acontecer independentemente de qualquer tipo de discriminação (como cor, sexo, etnia, nacionalidade, opinião política, condição financeira ou religião). Isto é, as crianças devem ter seus direitos garantidos, livres das consequências de qualquer ato de exclusão.

2. A criança será protegida e terá direito ao pleno desenvolvimento.

Este princípio menciona o direito de proteção especial da criança para garantir seu "desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social". Ela deve ser mantida segura e ter acesso a oportunidades e serviços que possam ajudá-la em seu processo de desenvolvimento como ser humano.

Além disso, o princípio estabelece que estes serviços devem ser determinados por leis e oferecidos em condições que possibilitem liberdade e ambiente digno para as crianças.

3. Crianças têm direito a nome e nacionalidade.

Este princípio garante que toda as crianças, desde o momento de seu nascimento, têm direito a receber um nome e a atribuição de uma nacionalidade.

Tanto o registro do nome, como a alegação da nacionalidade, são responsabilidade dos pais ou dos responsáveis legais pela criança.



4. Toda criança tem direito à alimentação, lazer e assistência médica.

Este princípio assegura que a toda criança tem direito à assistência da Previdência Social, além de boa alimentação, moradia, lazer e cuidados médicos adequados, pois são indispensáveis ao desenvolvimento saudável e digno.

Estes direitos de assistência valem tanto para criança, quanto para mãe, inclusive durante e após a gestação, como nos casos de realização de exames pré-natal e prestação de acompanhamento após o parto.

Conheça mais sobre a Previdência Social.

5. Toda criança portadora de necessidades especiais terá direito a atendimento adequado.

Este princípio é voltado para que as necessidades de crianças que tenham alguma necessidade especial ou dificuldade sejam atendidas. Elas têm direito a cuidados e acesso a tratamentos adequados, além de ter direito à educação.

As crianças que sofrem algum tipo de dificuldade social por suas necessidades especiais devem ter acesso a oportunidades para que possam ser incluídas na sociedade, levando-se em conta as particularidades da situação de cada uma.

Leia também sobre a inclusão social.



4. Toda criança tem direito à alimentação, lazer e assistência médica.

Este princípio assegura que a toda criança tem direito à assistência da Previdência Social, além de boa alimentação, moradia, lazer e cuidados médicos adequados, pois são indispensáveis ao desenvolvimento saudável e digno.

Estes direitos de assistência valem tanto para criança, quanto para mãe, inclusive durante e após a gestação, como nos casos de realização de exames pré-natal e prestação de acompanhamento após o parto.

Conheça mais sobre a Previdência Social

5. Toda criança portadora de necessidades especiais terá direito a atendimento adequado.

Este princípio é voltado para que as necessidades de crianças que tenham alguma necessidade especial ou dificuldade sejam atendidas. Elas têm direito a cuidados e acesso a tratamentos adequados, além de ter direito à educação.

As crianças que sofrem algum tipo de dificuldade social por suas necessidades especiais devem ter acesso a oportunidades para que possam ser incluídas na sociedade, levando-se em conta as particularidades da situação de cada uma.

Leia também sobre a inclusão social.



6. Toda criança precisa de amor e compreensão.

O princípio menciona que toda criança precisa e deve receber amor e compreensão tanto por parte dos pais, dos seus responsáveis e da sociedade.

Por estar em fase de desenvolvimento, a criança necessita dessa atenção especial para que ela cresça de maneira plena e harmoniosa, sentindo-se segura e com o amparo necessário dos pais e responsáveis.

Esse princípio também determina que, em regra, crianças não devem ser separadas de suas mães, o que deve acontecer apenas em situações de exceção.

7. Toda criança tem direito a receber educação.

Este princípio aborda a garantia do direito à educação e ao lazer infantil. Determina que a educação oferecida deve ser gratuita, no mínimo nos graus iniciais. O principal objetivo é garantir a igualdade de acesso e de oportunidades educativas para todas as crianças.

A educação oferecida deve cumprir requisitos que permitam o desenvolvimento de suas aptidões e de sua cultura, além de estimular o senso crítico e as responsabilidades.

A criança deve ser exposta a ensinamentos e aprendizados através de dinâmicas lúdicas, voltadas à sua idade e nível de aprendizado.



6. Toda criança precisa de amor e compreensão.

O princípio menciona que toda criança precisa e deve receber amor e compreensão tanto por parte dos pais, dos seus responsáveis e da sociedade.

Por estar em fase de desenvolvimento, a criança necessita dessa atenção especial para que ela cresça de maneira plena e harmoniosa, sentindo-se segura e com o amparo necessário dos pais e responsáveis.

Esse princípio também determina que, em regra, crianças não devem ser separadas de suas mães, o que deve acontecer apenas em situações de exceção.

7. Toda criança tem direito a receber educação.

Este princípio aborda a garantia do direito a educação e ao lazer infantil. Determina que a educação oferecida deve ser gratuita, no mínimo nos graus iniciais. O principal objetivo é garantir a igualdade de acesso e de oportunidades educativas para todas as crianças.

A educação oferecida deve cumprir requisitos que permitam o desenvolvimento de suas aptidões e de sua cultura, além de estimular o senso crítico e as responsabilidades.

A criança deve ser exposta a ensinamentos e aprendizados através de dinâmicas lúdicas, voltadas à sua idade e nível de aprendizado.



8. A criança deve ser a primeira a receber proteção.

Este princípio estabelece o direito da criança de receber proteção e socorro em primeiro lugar (em acidentes, desastres ou calamidades, por exemplo).

Isso significa que, em quaisquer situações que representem risco, as crianças devem ser as primeiras pessoas protegidas.

9. As crianças devem ser protegidas de crueldade e exploração.

Neste princípio existe a garantia de que crianças devem ser protegidas contra qualquer tipo de abandono ou de exploração, como acontece em casos de exploração do trabalho infantil.

Crianças não podem ser forçadas a fazer qualquer trabalho ou atividade que traga prejuízos à sua saúde ou dificulte sua educação.

Da mesma maneira, não podem ser envolvidas em atividades que as coloquem em risco e causem danos ao desenvolvimento físico, mental ou moral.

10. Toda criança tem direito à proteção contra atos de discriminação.

O último princípio determina que as crianças devem ser protegidas da exposição a qualquer tipo de discriminação ou de exclusão, pois elas têm direito a viver em uma sociedade pautada em valores de solidariedade, paz, compreensão e tolerância.

Ela deve ser protegida de todos os atos que incentivem preconceitos e discriminações, sejam raciais, religiosas ou de qualquer outra espécie.

Para saber mais sobre direitos, veja também o significado de direitos humanos e conheça a Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Texto 2

Documento “Situação da Infância no Brasil”, do Unicef

Se levarmos em conta as tristes estatísticas relativas à infância e à adolescência no país, os 5.465 inscritos no Cadastro Nacional de Adoção podem até se considerar em condição melhor do que tantos outros que formam um contingente de quase 60 milhões de brasileiros abaixo dos 18 anos. O relatório publicado em 2010 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) revelou que 38% dos adolescentes brasileiros viviam em situação de pobreza, percentual superior à média da população (29%).



Texto 2

Documento “Situação da Infância no Brasil”, do Unicef

Se levarmos em conta as tristes estatísticas relativas à infância e à adolescência no país, os 5.465 inscritos no Cadastro Nacional de Adoção podem até se considerar em condição melhor do que tantos outros que formam um contingente de quase 60 milhões de brasileiros abaixo dos 18 anos. O relatório publicado em 2010 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) revelou que 38% dos adolescentes brasileiros viviam em situação de pobreza, percentual superior à média da população (29%).




Relatório mundial do Unicef aponta que quatro em cada dez adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza





Relatório mundial do Unicef aponta que quatro em cada dez adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza





Tema: Após mais de 30 anos, quais os maiores desafios do ECA?

Problema: O ECA ainda tem grandes desafios

DOC: Declaração Universal de Direitos das Crianças -
Nações Unidas (há mais de 60 anos)

Tese 1: Educação desigual

DOC 1: O Enem teve um milhão e meio de inscritos a menos.

Solução 1:

Tese 2: Pobreza - falta de alimentos

DOC 2: O Brasil tem quase 40% de seus menores em situação de pobreza

Solução 2:



Texto 3

ECA faz 29 anos e ainda enfrenta desafios na implementação

Para especialistas, cumprimento integral ainda não foi alcançado

Publicado em 13/07/2019 - 07:50 Por Letycia Bond – Repórter da Agência Brasil - Brasília



Avanços

Nestes 29 anos desde a promulgação, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe ainda conquistas à sociedade. Dados do relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) 30 Anos de SUS - Que SUS para 2030? mostram que o Brasil melhorou os índices de mortalidade infantil, com a ampliação do acesso à assistência ambulatorial, na rede pública de saúde, isto é, no Sistema Único de Saúde (SUS). Autores do estudo frisam que um dos motivos para a melhora do índice foi a expansão da atenção primária à saúde por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF).

O Brasil reduziu mais da metade de óbitos de crianças menores de 5 anos, por causas evitáveis, passando de 70.572 casos em 1996 para 29.126 em 2016, uma redução de 59% no período. O relatório da Opas alerta ainda para o risco de retrocesso nesses índices por conta da persistência da crise financeira que o país enfrenta desde 2015 e os efeitos de medidas de austeridade fiscal.

O relatório cita a Lei do Teto de Gastos. Aprovada em 2016, a lei limita o crescimento das despesas públicas para próximos 20 anos. Segundo a Opas, o impacto da lei para a saúde será de R\$ 415 bilhões (R\$ 69 bilhões nos primeiros 10 anos e R\$ 347 bilhões no período seguinte). O fortalecimento do SUS foi citado em outro artigo da compilação da Opas, que aferiu o alcance de ações como a Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), a Rede de Saúde Materno Infantil (Rede Cegonha) e o desenvolvimento de projetos como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança. A equipe de consultores inicia o capítulo, intitulado Desafios da Mortalidade Infantil e na Infância, comentando a relevância da redução de disparidades de renda e de programas de transferência de renda para o progresso nos índices. Comprovou-se que o Bolsa Família, por exemplo, diminuiu a incidência de baixo peso em crianças cujas mães estavam inscritas no programa.



Avanços

Nestes 29 anos desde a promulgação, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe ainda conquistas à sociedade. Dados do relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) 30 Anos de SUS - Que SUS para 2030? mostram que o Brasil melhorou os índices de mortalidade infantil, com a ampliação do acesso à assistência ambulatorial, na rede pública de saúde, isto é, no Sistema Único de Saúde (SUS). Autores do estudo frisam que um dos motivos para a melhora do índice foi a expansão da atenção primária à saúde por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF).

O Brasil reduziu mais da metade de óbitos de crianças menores de 5 anos, por causas evitáveis passando de 70.572 casos em 1996 para 29.126 em 2016, uma redução de 59% no período. O relatório da Opas alerta ainda para o risco de retrocesso nesses índices por conta da persistência da crise financeira que o país enfrenta desde 2015 e os efeitos de medidas de austeridade fiscal.

O relatório cita a Lei do Teto de Gastos. Aprovada em 2016, a lei limita o crescimento das despesas públicas para próximos 20 anos. Segundo a Opas, o impacto da lei para a saúde será de R\$ 415 bilhões (R\$ 69 bilhões nos primeiros 10 anos e R\$ 347 bilhões no período seguinte). O fortalecimento do SUS foi citado em outro artigo da compilação da Opas, que aferiu o alcance de ações como a Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), a Rede de Saúde Materno Infantil (Rede Cegonha) e o desenvolvimento de projetos como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança. A equipe de consultores inicia o capítulo, intitulado Desafios da Mortalidade Infantil e na Infância, comentando a relevância da redução de disparidades de renda e de programas de transferência de renda para o progresso nos índices. Comprovou-se que o Bolsa Família, por exemplo, diminuiu a incidência de baixo peso em crianças cujas mães estavam inscritas no programa.



Renovação

Em maio deste ano, o ECA passou por atualizações, estabelecidas pelas leis nº 13.812/19 e 13.798/19. As mudanças foram lançadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA).

A primeira lei criou a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, assim como estabeleceu regras mais rigorosas para crianças e adolescentes que viajaram desacompanhados dos pais. Já a segunda lei instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.



Texto 4

O que é o projeto do Futura “Crescer Sem Violência?”

Como mobilizar pessoas para prevenir e enfrentar às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes? O projeto O Crescer Sem Violência tem como objetivo disseminar informações de qualidade e metodologias para enfrentamento deste tema de modo informativo, atraente e sem expor crianças e adolescentes.

Em 2020, o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** faz **30 anos**. O ECA é uma das leis para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes mais avançadas do mundo! E o projeto Crescer Sem Violência, em parceria com a **Childhood Brasil** e **UNICEF Brasil**, preparou um material de divulgação para ajudar pais, educadores, crianças e jovens na garantia desses direitos.

Em diferentes partes do país, o Crescer Sem Violência conta com ações presenciais de capacitação de educadores e profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente e distribuição de material pedagógico formando uma grande rede de mobilização. O projeto conta ainda com três séries audiovisuais: **“QUE EXPLORAÇÃO É ESSA?”**, **“QUE ABUSO É ESSE?”**, **“QUE CORPO É ESSE?”**

<https://www.futura.org.br/projetos/crescersemviolencia/>

Texto 4

O que é o projeto do Futura “Crescer Sem Violência?”

Como mobilizar pessoas para prevenir e enfrentar às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes? O projeto O Crescer Sem Violência tem como objetivo disseminar informações de qualidade e metodologias para enfrentamento deste tema de modo informativo, atraente e sem expor crianças e adolescentes.

Em 2020, o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** faz **30 anos**. O ECA é uma das leis para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes mais avançadas do mundo! E o projeto Crescer Sem Violência, em parceria com a **Childhood Brasil** e **UNICEF Brasil**, preparou um material de divulgação para ajudar pais, educadores, crianças e jovens na garantia desses direitos.

Em diferentes partes do país, o Crescer Sem Violência conta com ações presenciais de capacitação de educadores e profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente e distribuição de material pedagógico formando uma grande rede de mobilização. O projeto conta ainda com três séries audiovisuais: **“QUE EXPLORAÇÃO É ESSA?”**, **“QUE ABUSO É ESSE?”**, **“QUE CORPO É ESSE?”**

<https://www.futura.org.br/projetos/crescersemviolencia/>



Tema: Após mais de 30 anos, quais os maiores desafios do ECA?

Problema: O ECA ainda tem grandes desafios

DOC: Declaração Universal de Direitos das Crianças -
Nações Unidas (há mais de 60 anos)

Tese 1: Educação desigual

DOC 1: O Enem teve um milhão e meio de inscritos a menos.

Solução 1: Oferecer ensino de qualidade através do acesso à internet e da capacitação de professores por meio de ações presenciais e virtuais.

Tese 2: Pobreza - falta de alimentos

DOC 2: O Brasil tem quase 40% de seus menores em situação de pobreza


Solução 2: “Crescer sem Fome” - Futura




Quarto passo: faça o rascunho de seu texto



Há mais de 60 anos, as Nações Unidas demonstraram preocupação com os menores do mundo ao assinar a Declaração Universal de Direitos das Crianças e, apesar de estar em vigor há mais de 30 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ainda enfrenta enormes desafios em nosso país. Entre os mais urgentes, estão o combate à desigualdade na oferta de educação de qualidade a todos e à pobreza que agrava a fome e assola a vida de muitas crianças.



Em primeiro lugar, é criminoso o descaso com a educação. Sem igualdade de condições, o número de inscritos no Enem deste ano despencou, mais de uma milhão e meio de estudantes desistiram de fazer a prova, evidenciando a falta de esperança. Muitos abandonaram os estudos durante a pandemia; outros até tentam continuar, porém, sem acesso à internet e com a crise econômica impactando inúmeras famílias, o estudante tem trocado as aulas por qualquer oportunidade de conseguir algum dinheiro para ajudar nas necessidades de casa, o que é triste e deixa ainda mais distante a construção de um futuro com mais oportunidades.



Outro fator que continua a ser tristemente negligenciado é a pobreza. Ignorar que cerca de 40 por cento dos adolescentes vivem nessa situação, privados inclusive de alimentação suficiente e adequada, é impensável, mas se constitui uma triste e ainda atual realidade. Não é difícil compreender que não é possível aprendizado associado à fome. Tudo isso prova que o país está longe de garantir o que prevê o ECA para vencer a pobreza e garantir educação sem evasão.



Portanto, sabendo disso, cabe aos governos estaduais e municipais oferecer ensino de qualidade a todos com acesso a equipamentos tecnológicos e à internet, além de garantir o conteúdo programático ministrado por professores capacitados - por meio de ações presenciais e virtuais - para a atual situação da Educação e dando condição acadêmica a todo estudante para disputar vaga no Ensino Superior. Ademais é preciso que mais canais midiáticos se inspirem em projetos como o “Crescer Sem Violência” do Futura e providenciem, para já, o “Crescer Sem Pobreza”, garantindo inicialmente que toda criança tenha direito à alimentação suficiente. Dessa forma, entraremos na quarta década do ECA com menos atrasos e mais conquistas.



Quinto passo: passe a limpo!